

Discurso de posse da defensora pública Estellamaris Postal como defensora pública-geral no Tocantins biênio 2021/2023

Data: 25/01/2021

Senhoras e Senhores, bom dia!

A presença nesta solenidade das principais autoridades deste Estado é a mais viva demonstração do respeito e confiança que nutrem pela Defensoria Pública, bem como uma incentivadora homenagem a esta gestão.

Neste momento, apresento meus cumprimentos:

NOMINATAS

Decido iniciar este pronunciamento, rendendo os mais afáveis agradecimentos aos meus pais Braulino e Anilga. Através deles moldei meu caráter, pautado pelo amor ao próximo, pela bem querença e pelo respeito ao ser humano. Agradeço aos meus filhos Mateus e Bruna pelo amor e compreensão a cada ausência em toda minha trajetória defensorial.

Ao Sérgio Lorentino, Doutor em Direito, Mestre, Professor, advogado e possuidor de tantos outros honrosos títulos. Para mim, meu esposo amado, que com o seu vultoso conhecimento e sabedoria enobrece a minha alma e acrescenta solidez às minhas decisões. Que me acompanha ao longo de tantos anos com seu apoio, resignação e compreensão. Rogo hoje, um pouco mais dessa compreensão e estímulo para que eu possa cumprir mais esta milha.

Dirijo também sinceros agradecimentos aos colegas e amigos Defensores e Defensoras Públicas de tantos anos, que dedicaram o estímulo e a confiança necessários para que hoje estejamos aqui.

Agradeço ao meu querido amigo e colega, Dr. Fábio Monteiro, cuja capacidade e espírito público são de todos conhecido, agradeço a sólida parceria e a seriedade com a qual regeu e nos entrega esta Instituição.

Recebo esta gestão com total certeza de que foi permeada por uma administração séria, competente e inteligente, a qual certamente não apenas colheu frutos, mas entregou-se à dureza de também plantar e regar para que outros possam colher no futuro. Desejo-lhe todo sucesso, e parabeno-lhe pela sua qualidade pessoal, de buscar continuamente a excelência na prestação do serviço público. Que seus passos sejam guiados e protegidos por Deus...

Além da minha gratidão, esteja certo de que continuarei contando com os vossos aconselhamentos e apoio.

É com muita honra e senso de responsabilidade que assumo o cargo de Defensora Pública-Geral para o biênio 2021/2023, ao lado do Dr. Pedro Alexandre na Subdefensoria e do Dr. Danilo Frassetto na Superintendência de Defensores Públicos, membros extremamente competentes e comprometidos, que aceitaram o meu convite e se disponibilizaram para esta árdua e fantástica caminhada.

Dedicarei todas as minhas forças para bem desempenhar essa missão. A par desta manifestação, ratifico aqui minha determinação de exercer este cargo para todos os integrantes desta Instituição.

É cediço que mudanças bruscas, apartadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de uma Instituição duradoura e responsável. Por isso, a principal missão à frente da Defensoria Pública do

nosso Estado será identificar, com clareza, as necessidades imediatas e mediatas dos assistidos, membros e servidores, oferecendo soluções competentes, sabendo e respeitando os limites traçados pelo próprio povo, defendendo de forma aguerrida as prerrogativas constitucionalmente edificadas para a Defensoria Pública, e consolidando-as incessantemente.

A construção de uma Defensoria forte e firmemente voltada para a missão de levar a justiça à população tocaninense, por muito tempo foi um sonho ainda mais difícil.

É certo que um sonho tão grande não se realiza em dois ou quatro anos, já são longos anos perseguindo e conquistando-o todos os dias.

Nesta nova missão, agirei como sempre atuei nos cargos que anteriormente ocupei, com a consciência de que o poder inerente aos cargos não deve ser utilizado para destruir ou subjugar, mas sim para fazer o bem, para possibilitar o acesso à justiça, contribuindo para o engrandecimento dos seres humanos e para a promoção da cidadania.

Tenho consciência, portanto, de que é preciso estar imbuída dos mais elevados sentimentos democráticos para que a Instituição permaneça sólida e se aprimore a serviço da justiça, com humildade, sabedoria e prudência.

A transparência é condição necessária e imprescindível. Neste contexto, vale citar Pontes de Miranda, um dos maiores juristas da história do Brasil:

“Já não nos satisfaz, a nós, homens contemporâneos, a justiça transcendental das teocracias, nem, tampouco, a justiça abstrata, vaga, irreal, da filosofia racionalista, que chegou ao auge na Revolução e inundou o mundo. [...] Queremos nós justiça concreta, social, verificável e conferível como fato, a justiça que se prove com os números das estatísticas e com as realidades da vida.”

Por isso mesmo, pretendo dar continuidade a todas as boas práticas já adotadas pelos meus antecessores, cito aqui, Dr. Marcelo Tomaz, Dr. Marlon, Dr. Murilo e Dr Fábio, buscando cada vez mais tornar a Defensoria Pública eficiente, transparente e acessível à população.

Para tanto, buscaremos ferramentas alinhadas a uma perspectiva de gestão inovadora, constituindo instrumentos e mecanismos capazes de assegurar interfaces e processos para essa constante capacidade de gestão e modernização do arranjo institucional, face às atuais mudanças no contexto mundial.

Prezaremos pelo aperfeiçoamento no atendimento humanizado ao assistido, assim como no desenvolvimento das políticas de Gestão de Pessoas, garantindo que os membros e servidores sejam os primeiros a receberem por parte desta Instituição, todas as formas de humanização.

Mesmo em tempos onde a tecnologia saltou inúmeras vezes numa velocidade descomunal, não podemos olvidar que continuamos a carecer das mesmas necessidades fundamentais intrínsecas à condição humana.

Há de se notar que a evolução das nossas capacidades não altera o âmago da nossa essência cabalmente humana. Não nos tornamos robôs. Cabe-nos como Instituição, portanto, zelar pela saúde física e emocional dos nossos. Tentaremos construir uma modernidade sólida, nesta administração.

De outro modo, todos nós estamos sendo desafiados a contribuir para um esforço de racionalização e otimização dos meios disponíveis. A busca incessante pela melhoria da gestão administrativa, com a diminuição dos custos e a maximização dos recursos, frutificará no aperfeiçoamento da prestação da justiça, a qual fomos constitucionalmente submetidos.

Esta administração sempre optará pelo diálogo para resolver quaisquer problemas que se apresentarem. Dialogaremos com todos os atores das cenas política, administrativa e judicial, sem, contudo, perder a direção: que é e, certamente, continuará a ser, a prestação ágil e qualificada da assistência jurídica aos nossos assistidos. Daí a necessidade da harmonia dos Poderes em busca do bem comum.

A autonomia dos Poderes deve ser sempre visionada sob o seu melhor prisma, aquele que permite o diálogo no desenvolvimento das suas atribuições, propiciando que ambos sejam cooperadores na prestação jurisdicional aos cidadãos.

Neste sentido, buscaremos a celebração de parcerias com as demais instituições do sistema de justiça, pois acredito que ambas têm no povo a sua causa de existência e, por ele devem batalhar juntas.

Esta Instituição não só acompanhará essas realizações com vivo interesse, mas também se compromete a dar a sua irrestrita e efetiva colaboração através de uma convivência harmoniosa e respeitosa com os poderes.

Neste sentido, serão envidados respeitosos esforços, para a celebração de Termos Cooperativos no intuito de implementar medidas estruturais necessárias para dar à Defensoria Pública condições de desenvolver as suas atividades com eficiência e celeridade. Haveremos de nos empenhar em aparelhar ainda melhor esta Instituição para os dias promissores preconizados para este Estado maravilhoso.

Juntos, afinados com o fundamental objetivo de aprimorar as Instituições, de maneira a ajustá-las às inevitáveis mudanças socioculturais, vamos continuar trabalhando de forma independente, mas harmônica.

Estudaremos a estruturação do trabalho remoto, no que se refere à sua regulamentação e aparelhamento físico.

Também vamos nos empenhar para oferecer pontos de suporte e atendimento remoto ao cidadão de todos os municípios do Tocantins, não só aqueles sediam comarcas e, portanto, não desfrutam da presença física das unidades defensoriais. O objetivo é poupar o assistido do deslocamento à outra cidade.

Ainda com vistas à entrega da melhor assistência e observando o crescimento exponencial da atuação e atividades dos Núcleos Especializados, somos remetidos à necessidade de reforçar ainda mais essa atuação, buscando recursos e proporcionando melhores condições de trabalho.

Os tempos são desafiadores, mas acredito que a melhor resposta para o que fazer diante da crise é continuar a fazer o melhor dignamente, com simplicidade, invocando a ética, aqui compreendida como a apuração sobre aquilo que é bom, e qualificá-la como uma ética que prioriza o ser humano. Não vejo outra solução à demanda senão reforçarmos o discurso universal de promoção à dignidade.

A vista desta nova missão resta-me, humildemente, agradecer a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado a necessária inspiração para seguir fazendo o melhor pelo cidadão hipossuficiente do Tocantins.

Faço votos que minhas palavras como dirigente desta Defensoria Pública contribuam, de alguma forma, para terraplenar trechos acidentados e pavimentar um bom caminho a seguir. Mantereí abertas as portas e atentos os ouvidos para quantos quiserem comigo se ombrear na busca da apaixonante utopia da justiça ideal.

Teremos, para tanto, um olhar direcionado para o horizonte e outro no passo seguinte. No coração os sonhos, na consciência os limites da legalidade e da razoabilidade.

Encerro citando Raquel de Queiroz, primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras em 1977, em seu romance “As Três Marias”, diz que é tempo de despertar um olhar interior, para nossas escolhas, para nossa sociedade, para nosso trabalho.

Sou grata por viver neste tempo, consciente de que para estar hoje ocupando esta honrosa posição, me dirigindo às Senhoras e Senhores a partir desta tribuna, lá atrás, outras mulheres inspiradoras tiveram de ir à luta pelos nossos direitos, superando preconceitos de gênero e de cultura, quebrando os paradigmas do seu próprio tempo.

Que possamos deixar o melhor legado possível, que possamos contribuir para o aperfeiçoamento da justiça, do nosso Estado e do nosso País.

Uma Defensoria Pública forte, é a garantia da dignidade respeitada! Que Deus nos ilumine!

Muito obrigada!